

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

FIAMA PAOLA BONETTI

**INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL**

ERECHIM

2022

FIAMA PAOLA BONETTI

**INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sonize Lepke

ERECHIM

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Bonetti, Fiama Paola

INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: AS DIFICULDADES DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA OU DOENÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NOS ANOS INICIAIS / Fiama Paola Bonetti. -- 2022.

30 f.

Orientadora: Dr^a Sonize Lepke

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em Pedagogia, Erechim,RS, 2022.

1. Educação Infantil; Anos Iniciais; Inclusão. I. Lepke, Sonize, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FIAMA PAOLA BONETTI

**INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 14/09/2022

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Sonize Lepke
Orientadora

Prof.^a Dra. Cleusa Inês Ziesmann
Avaliadora Externa

Prof.^a Dra. Denise Knorst da Silva
Avaliadora Interna

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, em especial, a minha orientadora Professora Sonize Lepke, por estar ao meu lado neste momento, auxiliando-me e guiando-me. Professora, obrigada pela atenção. Obrigada às professoras Cleusa Inês Ziesmann e Denise Knorst da Silva por aceitarem fazer parte da banca.

Agradeço também a minha mãe, Margarete Gonçalves, o meu pai, Elton José Bonetti, e o meu irmão, Anderson Bonetti, que sempre acreditaram no meu potencial e sempre me apoiaram. Ao meu namorado, Uilli Severo Vieira Antunes, por sua paciência e confiança em meu potencial.

A palavra de hoje, sem dúvidas, é GRATIDÃO. Gratidão por ter chegado até aqui — um desafio entre muitos que virão. Por fim, naturalmente, gratidão à Deus, por dar-me forças para continuar e iluminar o meu caminho.

RESUMO

O presente estudo tem como tema A Inclusão no Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com o intuito de desvelar o que as pesquisas revelam sobre as dificuldades enfrentadas pelas crianças com deficiência na transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. O objetivo geral visa analisar os diálogos sobre as dificuldades enfrentadas pelas crianças com deficiência e os transtornos globais de desenvolvimento na Educação Infantil nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Para a realização deste trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica qualitativa, com a escolha dos descritores para constituir uma leitura do referencial teórico que converse com o tema. Após a definição dos descritores “Inclusão”, “Educação Infantil” e “Anos Iniciais”, deu-se início à coleta dos dados, na qual foi feita uma busca no site Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Com base nos descritores definidos, foram elegidas, por meio de vários artigos, teses e dissertações que foram apontadas na procura, e que foram publicadas durante o período entre 2015 e 2019. Este material foi eleito da seguinte maneira: pela leitura do resumo, das palavras chaves e da conclusão. E, a partir do estudo e da importância das discussões de concordância com a temática pesquisada, foram estabelecidos 4 (quatro) trabalhos que constituem a recente investigação, sistematizada a partir da Análise Textual Discursiva-ATD, tendo como apoio a leitura fundamentada dos textos escolhidos. A partir desse estudo, percebe-se que as escolas, através dos seus professores, enfrentam inúmeras dificuldades para atender às demandas que perpassam as crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, e aquelas que, em virtude de doenças, ficam afastadas por longos períodos dos espaços escolares.

Palavras-chave: Educação Infantil; Anos Iniciais; Inclusão.

ABSTRACT

The present study has as its theme Inclusion in Early Childhood Education and in the Initial Years of Elementary School, in order to reveal what research reveals about the difficulties faced by children with disabilities in the transition from Early Childhood Education to Elementary School. The general objective is to analyze the dialogues about the difficulties faced by children with disabilities and the global developmental disorders in Early Childhood Education in the early years of Elementary School. In order to carry out this work, a qualitative bibliographic research was carried out, with the choice of descriptors to constitute a reading of the theoretical reference that speaks to the theme. After defining the descriptors “Inclusion”, “Child Education” and “Initial Years”, data collection began, in which a search was carried out on the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD). Based on the defined descriptors, through several articles, theses and dissertations that were pointed out in the search, and that were published during the period between 2015 and 2019. This material was chosen as follows: by reading the abstract, the keywords and conclusion. And, from the study and the importance of discussions in agreement with the researched theme, 4 (four) works were established that constitute the recent investigation, systematized from the Discursive Textual Analysis-ATD, having as support the reasoned reading of the chosen texts. From this study, it can be seen that schools, through their teachers, face numerous difficulties to meet the demands that permeate children with disabilities, global development disorders, and those who, due to illness, are away for long periods. of school spaces.

Keywords: Early Childhood Education; Initial Years; Inclusion.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 — Pesquisa com base nos dados da BDTD.....	20
Quadro 2 — Publicações Acadêmicas Usadas	21
Quadro 3 — Foco temático, categoria e subcategorias	22

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
APAE	Associação de Pais e Amigos de Excepcionais
DSR	Design Science Research
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia
PNEEPEI	Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 PROCESSO HISTÓRICO DA INCLUSÃO.....	13
2.1 Educação Infantil e anos iniciais: alguns apontamentos.....	17
3 METODOLOGIA.....	20
4 AS DIFICULDADES DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA OU DOENÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NOS ANOS INICIAIS	23
4.1 Educação Inclusiva: ampliando a discussão	23
4.1.1 Público-alvo da Educação Especial: e os outros?.....	24
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS	29

1 INTRODUÇÃO

A transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental é um processo repleto de mudanças que exigem das crianças um grande processo de adaptação — especialmente quando esta transição não é cuidadosamente articulada entre os professores da Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental. Por ser um processo complexo para crianças, exige uma atenção ainda maior quando a criança possui alguma deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação — alunos considerados público-alvo da educação especial —, de acordo com a Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências (BRASIL, 1996, 2013).

Para tanto, retomamos o processo histórico de inclusão no Brasil e as discussões que perpassam a Inclusão na Educação Infantil e nos Anos Iniciais. No processo de elaboração deste trabalho, muitas foram as dificuldades enfrentadas, pois foi necessário, em virtude do pouco tempo disponível para pesquisa, redimensionar o objetivo.

A escola como espaço de aprendizagem e socialização deve estar preparada e atenta para responder às demandas e necessidades dos estudantes. Logo, cada uma das situações exige ações específicas que precisam ser cuidadosamente pensadas e articuladas.

Neste sentido, observar, analisar e discorrer sobre o processo de inclusão nas escolas de ensino regular torna-se importante para que possamos dialogar sobre as dificuldades enfrentadas pelas crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Para melhor apresentá-los, os capítulos dessa pesquisa foram divididos ao longo do texto da seguinte forma: o primeiro capítulo trata sobre o *processo histórico da inclusão*, trazendo um pouco de como era a inclusão antigamente e se realmente havia algum processo de inclusão. No segundo capítulo, aborda-se a *metodologia utilizada na realização desta pesquisa*, que abordará o processo de pesquisa e análise dos dados. No terceiro capítulo — denominado *As dificuldades das crianças com deficiência na passagem da educação infantil para os anos iniciais* —, apresenta-se a análise dos dados coletados na pesquisa bibliográfica. Nas Considerações finais, retoma-se a discussão sobre o tema e os resultados da pesquisa.

Acredita-se que, com o trabalho realizado, é possível contribuir com a discussão que envolve as escolas de Educação Infantil e as escolas do Ensino Fundamental quanto aos processos inclusivos, especialmente diante da necessidade de olhar para as crianças como

únicas e com ritmos e especificidades diferenciadas, que podem, em alguma medida, ser mediadas pelas escolas e, assim, garantir o acesso à aprendizagem, à convivência e ao respeito à sua condição.

2 PROCESSO HISTÓRICO DA INCLUSÃO

Cotidianamente, quando refletimos sobre a inclusão escolar, identificamos um público-alvo a partir da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva como uma forma de categorizar um grupo de alunos que necessitam de mais atenção e respeito às suas especificidades em relação ao processo de aprendizagem (POLÍTICA NACIONAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 2008). Mas, no contexto das escolas, por vezes, percebemos inúmeras dificuldades e exclusões que envolvem outras situações que não podem ser ignoradas.

O que ocorre é que a educação inclusiva, destinada a esse estrato da sociedade, deve ser entendida como um processo. As mudanças foram se constituindo ao longo dos séculos, acompanhando os contextos econômicos e sociais. Ao refletirmos sobre a identificação e o processo de institucionalização, podemos enfatizar que:

A história da atenção à pessoa com necessidades educacionais especiais tem se caracterizado pela segregação, acompanhada pela consequente e gradativa exclusão, sob diferentes argumentos, dependendo do momento histórico focalizado. No decorrer da História da Humanidade foram se diversificando a visão e a compreensão que as diferentes sociedades tinham acerca da deficiência. A forma de pensar e por consequência a forma de agir com relação à deficiência enquanto fenômeno e à pessoa com necessidades educacionais especiais enquanto ser modificaram-se no decorrer do tempo e das condições sócio históricas (ARANHA, 2005, p. 5).

No processo histórico do Brasil, as exclusões relacionadas a cor, sexo, situação econômica e linguística ocorriam em todos os espaços formais da sociedade. O acesso à educação era garantido apenas às crianças de famílias mais ricas e, especialmente, àquelas do sexo masculino. Dessa forma, pode-se dizer que a educação era direcionada a uma pequena parte da sociedade, ou seja, a uma minoria branca, rica e composta majoritariamente por homens.

Às camadas populares, por sua vez, cabia a atividade profissional, especialmente aquelas famílias que não detinham posses. O acesso à educação formal permaneceu inacessível para a maioria da população brasileira até o início do século XX. Diante dos avanços econômicos e sociais, e também com a necessidade de o mercado de trabalho explorar mão de obra barata e mais acessível, novos processos de exclusão foram sendo instituídos.

Se até o início do século XIX as crianças identificadas com alguma deficiência ao nascer eram abandonadas à própria sorte — sem registro e sem uma identidade —, muitas

crianças foram mortas por acreditarem que a mesma não tinha alma e nem espírito, e, ainda, acabavam rotuladas como “um castigo de Deus”.

A igreja, juntamente a uma elite intelectual brasileira, entendeu em determinado momento que eram necessárias algumas mudanças. Entre estas, encontrar um espaço para essas crianças, adolescentes e adultos dentro da sociedade. A benevolência com os oprimidos buscou de algum modo salvar a vida daqueles que haviam sido esquecidos ou ignorados pela própria família.

Temos que lembrar ainda que, no Brasil colonial, os negros sofriam castigos terríveis, eram acometidos de enfermidades não curadas, assim como os portugueses, que não sabiam lidar com o clima e, conseqüentemente, podiam adquirir doenças que causavam doenças.

Os militares representavam outro grupo que adquiria deficiências devido aos conflitos e guerras; perdiam membros, a audição, a visão, entre outras patologias, incapacitando-os para a vida em sociedade. Necessitava-se fazer algo, conforme relata Jannuzzi:

Quanto à educação de deficientes, surgiu, como foi relatado, pelo trabalho promovido por algumas pessoas sensibilizadas com o problema, que encontraram apoio governamental-precário, é verdade, mas num momento em que a elite intelectual estava preocupada em elevar o Brasil ao nível do século (JANNUZZI, 2012, p. 17-18).

Vale destacar que, no final do século XVIII e início do século XIX, o movimento de dar assistência ocorreu na Europa e nos Estados Unidos. Asilos e hospitais construídos para atender à demanda foram a solução encontrada durante aquele período. De acordo com Pessoti (1984), esses espaços foram criados como uma possibilidade de esconder ou retirar da sociedade aqueles que não eram desejados no convívio dos familiares e em sociedade.

A Igreja e a saúde tiveram papel importante na visibilidade dos excluídos. Ora salvavam as vidas, ora reforçavam estigmas e contribuía para o isolamento ou tratamentos que visavam a extinção ou a cura da deficiência. Jannuzzi (2012) enfatiza que

Essa vinculação da educação do deficiente com o campo médico apareceu desde os primórdios, embora também a encontremos, no século XIX, ligada a estabelecimentos de ensino regular. No campo da produção teórica, vamos encontrar também pioneiramente os médicos, logo seguidos pelos pedagogos da rede regular de ensino, fortemente influenciados pela psicologia (JANNUZZI, 2012, p. 25).

Mais uma vez, esse processo é histórico e envolve não somente o Brasil, mas a Europa e América. Ainda embriagados pelo preconceito e pela representação imaginária de um corpo

e mente ideais ou padronizado por uma sociedade supressora, a educação alicerçou suas atividades em práticas excludentes por muitas décadas.

Percorrendo os períodos da história universal, desde os mais remotos tempos, evidenciam-se teorias e práticas sociais segregadoras, inclusive quanto o acesso ao saber. Poucos podiam participar dos espaços sociais nos quais se transmitiam e se criavam conhecimentos. A pedagogia da exclusão tem origens remotas, condizentes com o modo como estão sendo construídas as condições de existência da humanidade em determinado momento histórico (BRASIL, 2004, p. 322).

Grandes mudanças, como o advento da indústria e a necessidade de escolarização da população brasileira, contribuíram para identificação daqueles que não cabiam nos bancos escolares. Por décadas, para aqueles que não aprendiam no tempo determinado pela escola, era destinado o trabalho, seja no campo seja na cidade.

Quando evidenciada uma deficiência ou transtorno que comprometia as relações sociais e a autonomia, crianças e jovens eram isolados em seus lares ou em hospitais como forma de evitar que a sociedade convivesse com estas situações. Somente no final da década de 1940 e início da década de 1950, diante do avanço da escolarização, duas instituições especializadas foram criadas para atender às demandas de um público que não cabia nem nas unidades hospitalares nem nas escolas regulares.

Assim, surgem o Instituto Pestalozzi, em 1948, inspirado pela educadora Helena Antipoff, e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaé), criada em 1954 por pais e familiares de crianças com deficiência que não conseguiam matricular os seus filhos nas escolas de ensino regular. Deste modo, essas instituições atendiam a essa demanda da sociedade de forma assistencialista, desobrigando, por vezes, o Estado em oferecer educação pública para todas as crianças em idade escolar, garantindo o acesso e a permanência num estabelecimento de ensino, com uma educação de qualidade.

Este processo de exclusão social, econômica e educacional da grande maioria da população brasileira foi sendo modificada lentamente ao longo dos anos de maneira muito tímida. Também cabe aqui enfatizar a importância da organização das escolas especiais, que surgiram a partir dos movimentos internacionais, dos movimentos de pais que aos poucos tornou possível uma reestruturação das escolas com o intuito de atender a todas as crianças nos estabelecimentos de ensino. Ou seja, as escolas especiais mostravam para a sociedade que existiam necessidades que o Estado Brasileiro omitia e não atendia.

Criadas para atender àquelas crianças que não tinham direito de estar nas escolas de ensino regular, ou seja, todos aqueles que não eram aceitos, seja pela dificuldade de aprender,

seja pela aparência, seja deficiência, podiam, em alguma medida, acessar a escola especial. Isto é, as escolas eram divididas em espaços que ofereciam ensino regular e aqueles com classes especiais que atendiam à demanda de seu público.

Talvez tão importante quanto o surgimento das escolas especiais, uma nova e grande ruptura foi a elaboração, em 2008, da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Essa diretriz tinha como intuito assegurar que todas as crianças com deficiência poderiam frequentar a mesma sala que as crianças que não possuíam deficiência. Ainda, esse documento, bem como os documentos complementares e a vasta legislação, foi elaborado com o objetivo de orientar as escolas, gestores quanto à garantia do atendimento dos alunos em Salas de Recursos Multifuncionais.

A Educação Inclusiva passou a ser a possibilidade da criança com deficiência, como também transtornos globais de desenvolvimento, aprender como toda criança, porém, com atendimento e metodologias que atendem às suas demandas.

A Educação Inclusiva em suas linhas gerais segue os mesmos objetivos da educação comum, visando proporcionar aos portadores de necessidades educativas especiais, condições que favoreçam a sua integração na sociedade, desenvolvendo alternativas de atendimento diferenciado, metodologias especiais, promovendo, utilizando recursos humanos e materiais especializados (SANTANA, 2016, p. 7).

Porém, a implantação e efetivação desta política, no contexto das escolas públicas e privadas do Brasil, não ocorreu imediatamente. Aliás, muitos são os desafios e os questionamentos quanto à necessidade de ampliar a discussão relativa ao público-alvo da educação especial.

Neste contexto, em que as crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades e superdotação tiveram a garantia de acesso à escola validado por documentos normativos, mudanças também aconteceram na expansão e obrigatoriedade da educação infantil a partir dos quatro anos de idade. Ou seja, a escola passa a fazer parte do cotidiano das famílias, não somente daquelas em que os pais necessitavam trabalhar ou daquelas abastadas, que entendiam ser essencial para o desenvolvimento. A Educação Infantil, neste contexto, passa a ser um direito de todas as crianças e obrigação dos pais e dos responsáveis.

Mas, diante dessa contextualização qual a relação entre Educação Infantil e a educação inclusiva?

2.1 Educação Infantil e anos iniciais: alguns apontamentos

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, pois tem como função garantir o desenvolvimento integral de todas as crianças de 0 a 5 anos de idade e em todos os aspectos físicos, emocionais, cognitivos, afetivos e sociais, sempre auxiliando as famílias das crianças e a comunidade geral. Os seus princípios são os princípios éticos que valorizam a autonomia, os princípios políticos que respeitam os direitos de cidadania e os princípios estéticos que valorizam a criatividade.

Após a conclusão da Educação Infantil, observando as idades, a criança passa a fazer parte do Ensino Fundamental. Este processo ocorre naturalmente pois as escolas de educação infantil buscam contribuir com o processo educativo de todas as crianças de forma harmônica e sem sobressaltos.

O Ensino Fundamental é a segunda etapa da Educação Básica e tem como objetivo assegurar o desenvolvimento das crianças com 6 a 10 anos de idade, sempre ampliando o conhecimento, sem deixar para trás aquilo que as crianças aprenderam na Educação Infantil. É nessa etapa que também começa todo o trabalho para a alfabetização das crianças.

A BNCC do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, ao valorizar as situações lúdicas de aprendizagem, aponta para a necessária **articulação com as experiências vivenciadas na Educação Infantil**. Tal articulação precisa prever tanto a **progressiva sistematização** dessas experiências quanto o desenvolvimento, pelos alunos, de **novas formas de relação** com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos (BRASIL, 2018, p. 57-58, grifos nossos).

Para acontecer a inclusão, de fato, tanto na Educação Infantil quanto nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, as escolas precisam estar preparadas para receber as crianças com deficiência, e não se trata apenas do preparo relativo à questão da estrutura física, mas também em relação aos materiais pedagógicos, da rotina, das atividades pedagógicas. Mittler (2003, p. 25) assevera que no campo da educação, o processo de educação inclusiva

[...] envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola. Isto inclui o currículo corrente, a avaliação, os registros e os relatórios de aquisições acadêmicas dos alunos, as decisões que estão sendo tomadas sobre o agrupamento dos alunos nas escolas ou nas salas de aula, a pedagogia e as práticas de sala de aula, bem como as oportunidades de esporte, lazer e recreação.

A grande dificuldade enfrentada pelas escolas está no processo de assegurar atividades para as crianças com deficiência, TEA ou doenças que as afastem por muitos dias do contexto escolar. Sabemos que na educação infantil, apesar da obrigatoriedade de estar no ambiente escolar, as atividades desenvolvidas vão ao encontro das necessidades dos alunos e para que elas aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em espaços que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural.

Num contexto inclusivo, especialmente na transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, o papel do segundo professor ou professor bidocente é de extrema importância, pois o mesmo deve auxiliar o professor titular com as demandas da sala de aula, ou seja, ele precisa dar suporte a todos os alunos para que o professor titular possa atender às peculiaridades dos seus estudantes (com ou sem deficiência).

A inclusão veio para facilitar o acesso das crianças com deficiência às escolas de ensino regular na Educação Infantil e no Ensino Fundamental e permitir que as crianças com deficiência possam usufruir dos seus direitos de aprender e de se relacionar com o outro. Mittler (2003) afirma que a educação inclusiva vem ao encontro do acesso e da permanência de todos na escola. Assim,

O objetivo de tal reforma é garantir o acesso e a participação de todas as crianças em todas as possibilidades de oportunidades oferecidas pela escola e impedir a segregação e o isolamento. Essa política foi planejada para beneficiar todos os alunos, incluindo aqueles pertencentes a minorias linguísticas e étnicas, aqueles com deficiência ou dificuldades de aprendizagem, aqueles que se ausentam constantemente das aulas e aqueles que estão sob o risco de exclusão (MITTLER, 2003, p. 25).

O processo inclusivo vem sendo fortalecido a partir de um movimento feito pelos familiares das crianças e por alguns segmentos da sociedade para garantir o acesso de todas as crianças com deficiência à escola e à possibilidade de construir uma sociedade mais igualitária, que respeite as diferenças.

Movimento da sociedade (sociedade inclusiva) voltado para produzir a igualdade de oportunidades para TODOS. Quando focada sob o ângulo individual, a inclusão supõe que cada um tenha a oportunidade de fazer suas próprias escolhas e, em consequência, construir sua própria identidade pessoal e social. A isso, a literatura especializada chama de autodeterminação (CARNEIRO, 2011, p. 29).

Para além das possibilidades advindas com os processos inclusivos, muitas são as dificuldades relatadas pelas escolas, professores e gestores no sentido de garantir não somente

o cumprimento da legislação, mas também assegurar a aprendizagem e a interação social. E como garantir estes processos na educação infantil e também nos primeiros anos do Ensino Fundamental?

Tais mudanças requerem estratégias que venham a contribuir para o desenvolvimento da criança, levando em consideração que a escola deveria rever suas limitações, no sentido de superar o índice de aprendizagem junto a alunos que necessitam de um atendimento direcionado, de modo a promover mudança de valores, que redundem positivamente em um processo de ensino e aprendizagem adequado (DUTRA, 2014, p. 14).

Neste sentido, mesmo diante da ampliação do tempo em que a criança está na escola (desde a educação infantil), as emergências e novas necessidades foram sendo (re)constituídas. Ou seja, as dificuldades de assegurar os processos inclusivos parecem ser evidenciadas a partir dos anos iniciais, exigindo, assim, uma reestruturação das instituições de ensino para atender às demandas de um crescente número de estudantes.

Portanto, retomamos o nosso problema de pesquisa sobre as dificuldades enfrentadas pelas crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

3 METODOLOGIA

A pesquisa se trata de uma pesquisa bibliográfica com o intuito de analisar as dificuldades enfrentadas pelas crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Para tanto, realizamos os seguintes procedimentos:

- Escolha dos descritores para constituir uma leitura do referencial teórico que converse com o tema. Portanto, definimos os descritores a seguir: Inclusão, Educação Infantil e Anos Iniciais;
- Na coleta dos dados, com base nos descritores definidos, foi feita uma busca no site Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD);
- Foi elegido, por meio de vários artigos que foram apontados na procura, aqueles que foram publicados durante o período entre 2015 e 2019. Os materiais foram eleitos da seguinte maneira: pela leitura do resumo e das palavras-chaves. E, a partir do estudo e importância das discussões de concordância com a temática pesquisada, foram escolhidos 6 (seis) trabalhos que constituem a recente investigação;
- A análise dos dados, por sua vez, está sistematizada a partir da Análise Textual Discursiva-ATD, tendo como apoio a leitura fundamentada dos textos escolhidos. A leitura e sistematização das discussões relevantes dos trabalhos escolhidos funcionam como base ao meta-texto.

Quadro 1 — Pesquisa com base nos dados da BDTD

Descritores	Números de Publicações
1. Inclusão	13
2. Educação Infantil	14
3. Anos Iniciais	4

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Este quadro mostra os resultados que foram encontrados na plataforma da BDTD, por meio de uma busca avançada, utilizando os seguintes descritores: Inclusão, Educação Infantil e Anos Iniciais. Foram encontrados 13 textos que abordam a inclusão, 14 textos que falam

sobre a Educação Infantil e 4 textos que tratam a respeito dos Anos Iniciais. Desses textos, alguns são teses, enquanto outros são dissertações. Porém, selecionamos apenas as publicações que compõem o quadro para realizar a análise dos dados. A exclusão dos demais trabalhos deu-se após a leitura aprofundada e a impossibilidade de estabelecer diálogo com o objetivo proposto por esta pesquisa.

Quadro 2 — Publicações Acadêmicas Usadas

Ano	Tipo de Publicação	Título e Autor	Resumo
2015	Tese	Trilhas Pedagógicas Articulam Saúde e Educação no Desenvolvimento Cognitivo Infantil: Criança com Câncer - Milene Bartolomei Silva	A tese busca conhecer o desenvolvimento educacional das crianças de 06 até 12 de idade que tem câncer, que estão nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, averiguando como são concebidas as práxis pedagógicas no ambiente hospitalar.
2016	Tese	Inclusão Educacional e Autismo: Um Estudo Sobre as Práticas Escolares - Taís Guareschi	A tese de doutorado tem o propósito averiguar como ocorre as práticas escolares que são feitas na inclusão de crianças com autismo, na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental nas escolas do município de Santa Maria.
2016	Dissertação	Processo Educacional de Crianças com Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil: Interconexões Entre Contextos - Simone Catarina de Oliveira Rinaldo	A dissertação de mestrado busca mostrar o passo a passo educacional de crianças com 04 anos de idade que possuem TEA na situação de progresso e aprendizagem na Educação Infantil e no Atendimento Educacional Especializado (AEE) da escola regular como na família.
2017	Tese	Promoção do Interesse em Criança com Autismo a partir de uma Plataforma Educacional Assistiva com Fantoche Eletrônico - Roceli Pereira Lima	Esta tese trata-se de uma plataforma Educacional Assistiva que foi criada para saber como as crianças com Transtorno do Espectro Autista se sentem, reagem e se elas prestam atenção por mais tempo.
2018	Tese	Escolarização de Crianças com Fissura Lábio Platina - Glorismar Gomes da Silva	A pesquisa deste trabalho mostra como é a vida escolar das crianças com a Fissura Lábio Platina, trazendo um pouco do processo de inclusão dessas crianças e conta um pouco de como a criança pode desenvolver a FLP.
2019	Dissertação	Educação Especial e Inclusão Escolar na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental - Selma	Trata-se de uma pesquisa realizada em três municípios do Estado de Goiás. Através da pergunta como é organizado o atendimento do público-alvo da Educação Especial na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do

		Soares do Nascimento	Ensino Fundamental pelos municípios goianos? O resultado dessa pesquisa traz que não tem muitos regimentos referencie a Educação Especial nos grupos de ensino dos municípios que participaram da pesquisa. A pesquisa sugeriu a demanda de elaboração de políticas focadas na Educação Especial e Inclusão dos alunos com deficiência no contexto municipal.
--	--	----------------------	---

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Primeiro foi realizada uma leitura detalhada das teses e dissertações que foram encontradas. Depois, foram elencados quatro textos, duas dissertações e duas teses. Esses trabalhos acadêmicos foram escolhidas pelo fato de abordarem o tema proposto sobre a Inclusão na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, centralidade desta pesquisa.

Para análise dos dados coletados das teses e dissertações, utilizamos a Análise Textual Discursiva (ATD), que nos permitiu elaborar um foco temático, uma categoria e uma subcategoria conforme quadro abaixo.

Quadro 3 — Foco temático, categoria e subcategorias

Foco Temático	Categoria	Subcategoria
As dificuldades das crianças com deficiência ou doença na educação infantil e nos anos iniciais	Educação inclusiva: ampliando a discussão	Público-alvo da educação especial: E os outros?

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

4 AS DIFICULDADES DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA OU DOENÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NOS ANOS INICIAIS

O processo inclusivo ou a exclusão geralmente ocorrem no ambiente escolar. Por se tratar de um espaço e um tempo importantes não apenas para as crianças, mas também para a sociedade, esse meio social precisa ser observado e analisado com o intuito de assegurar o direito constitucional de acessar os saberes escolares de todas as crianças. Isso só é possível através das relações interpessoais estabelecidas entre pares em diferentes espaços. Nesse sentido, a categoria apresentada amplia a discussão sobre a importância da educação inclusiva num contexto educacional e social, gerando efeitos benéficos a todos os estudantes, não apenas àqueles que têm alguma deficiência. Além de promover ganhos na socialização e no desenvolvimento emocional de todos, favorece o desenvolvimento cognitivo de crianças e jovens com deficiência.

4.1 Educação Inclusiva: ampliando a discussão

Neste contexto escolar inclusivo, as relações construídas entre as crianças e os professores, e entre as crianças entre si, são importantes para o desenvolvimento, para o ser e o fazer parte. O modo como as escolas lidam ora com a inclusão ora com a exclusão evidencia as relações valorizadas nos espaços escolares. Para Mittler (2003, p. 139),

Inclusão e exclusão começam na sala de aula. Não importa o quão comprometido um governo possa ser com relação à inclusão; são as experiências cotidianas das crianças nas salas de aula que definem a qualidade de sua participação e a gama total de experiências de aprendizagem oferecidas em uma escola. Da mesma maneira, são importantes as interações e as relações sociais que as crianças têm umas com as outras e com os outros membros da comunidade escolar. As formas através das quais as escolas promovem a inclusão e previnem a exclusão constituem o cerne da qualidade de viver e aprender experimentado por todas as crianças.

Ao ensinar a criança a olhar para as diferenças e, ao mesmo tempo, respeitá-las, a escola contribui com o processo de inclusão. Porém, como avançar nesta compreensão de mundo e do outro nos primeiros anos do Ensino Fundamental, quando o ensino passa a ser mais sistematizado e as diferenças quanto à aprendizagem e à interação passam a ser mais evidentes? E ainda: como incluir todos aqueles que necessitam de suporte para elaborar o seu conhecimento? Neste sentido, entendemos que o debate precisa ser ampliado.

4.1.1 Público-alvo da Educação Especial: e os outros?

Pode-se apontar como uma maneira de exemplificar a exclusão em sala de aula quando a criança não consegue compreender o conteúdo apresentado em sala, assim como a tarefa que lhe é determinada para a aula seguinte, enquanto os professores não conseguem visualizar/perceber tal questão, e, ainda, não procuram modificar as suas práticas pedagógicas a fim de que essa dificuldade de compreensão seja sanada. O olhar do professor tem o poder de fazer com que o intelecto de uma criança, jovem ou adulto evolua ou regreda o poder de estimular ou inibir a aprendizagem.

Mas como estimular adequadamente para que a criança queira aprender? Como estimular a criança tanto na educação infantil como nos anos iniciais para que participe das atividades desenvolvidas? Entre as inúmeras possibilidades é preciso dizer que as ações e atividades desenvolvidas pelas crianças precisam ser valorizadas, para que, assim, ela se sinta como parte do grupo. Para tanto, todas as crianças precisam ser ouvidas e ter a possibilidade de participar. Nessa perspectiva, Mittler (2003, p. 140) assinala que

As crianças que se sentem educacionalmente excluídas têm maior probabilidade de se sentirem socialmente isoladas. Elas podem experimentar ainda não apenas a perda de confiança em si próprias como estudantes, mas também como indivíduos. Isso pode ser disfarçado pelo comportamento provocativo, o que, por sua vez, pode ativar medidas punitivas da escola ou dos colegas – esse fato pode isolar ainda mais o aluno, talvez até o ponto de ser excluído. Um modo para romper esse círculo maligno é tentar prevenir as dificuldades de aprendizagem antes mesmo de elas surgirem, planejando um currículo acessível e assegurando um ensino planejado de modo a garantir uma aprendizagem efetiva.

Nessa direção, podemos dizer que, quando pensamos sobre um processo inclusivo, a mesma não acontece somente dentro da sala de aula; ela passa a fazer parte da vida das crianças, das famílias e da escola. Mas, o incentivo, o respeito às diferenças, valoriza as atividades desenvolvidas e assegura uma aprendizagem significativa? São aspectos importantes que precisam ser observados no desenvolvimento infantil, mas é preciso que os professores avancem e reconheçam que cada aluno é único e possui singularidades a serem respeitadas. Diante desta perspectiva que olhamos não apenas para os processos inclusivos para além do público-alvo da educação especial, mas também para as crianças que encontram dificuldades de estar ou aprender, pois permanece em alguns espaços escolares a concepção de que as crianças, enquanto estudantes, aprendem e estabelecem relações entre si ao mesmo tempo e do mesmo modo.

Nesse sentido, amplia-se o acesso dos alunos com deficiência à escola e se espera que esta esteja mais aberta para acolhê-los e mais habilitada para isso. No entanto, inserir esses alunos em uma escola regular não implica que tenham acesso a uma educação que respeite suas limitações e que se responsabilize por seu desenvolvimento escolar. A realidade de desigualdades que esses alunos vivenciam não desaparece dentro dos muros das escolas. A lei impõe o dever de recebê-los, mas desconsidera que as instituições de ensino têm, normalmente, uma perspectiva homogênea de alunos, e não estão preparadas para lidar com as diferenças (NASCIMENTO, 2019, p. 78).

Ampliamos a discussão para observar que a escola tem dificuldades de discutir, olhar e formar cidadãos que saibam conviver e entender que os seres humanos são diversos e singulares. Respeitar o outro deveria ser um princípio e não um direito de alguns grupos. Dito isso, faz-se necessário avançar na discussão e evidenciar que as pesquisas vêm apontando a necessidade de o estabelecimento escolar estar preparado para acolher, ensinar e colaborar para uma sociedade baseada nos direitos e deveres, com respeito a todos.

Isso indica, de certo modo, que cada situação e cada criança exigem atividades que dialoguem com o nível de desenvolvimento em que ela se encontra. Lima (2018) indica em sua pesquisa a possibilidade de utilizar as plataformas digitais para realizar atividades relacionadas ao conteúdo ou a fantoches de histórias para algumas situações de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

[...] tecnologias educacionais utilizadas para inclusão de crianças com autismos são os jogos educativos. Uma pesquisa desenvolvida por Piconi (2003) mostrou que houve aumento da autoestima, da vontade em escrever e mudanças positivas no comportamento, menos agressivos e impacientes. Recentemente, Dos Santos Caminha et al. (2016) publicaram um estudo sobre as possibilidades do uso de jogos digitais com crianças TEA, no estudo de caso proposto, houve uma melhora entre 30 a 60% na atenção, na comunicação, nos movimentos inadequados, no contato ocular e no número de verbalizações. Neste estudo de Dos Santos Caminha foram utilizados jogos de Memória, Encaixe, Puzzle (frutas, animais e forma) e Jogos do site PAPIM, para crianças menores se utilizou atividades lúdicas e de raciocínio lógico de pequeno grau de dificuldade (LIMA, 2018, p. 47).

Ao analisar os dados sobre as dificuldades encontradas pelas crianças que estão na Educação Infantil e avançam para os anos iniciais do Ensino Fundamental, observamos que as dificuldades se estendem às crianças com doenças e que, por vezes, as impedem de participar das atividades cotidianas da escola ou situações que, de algum modo, dificultam a participação e a aprendizagem.

Trata-se de enorme complexidade das situações que perpassam as crianças que precisam ser atendidas na sua especificidade. Entre os achados encontramos uma pesquisa sobre as dificuldades identificadas entre as crianças com Fissura Lábio Platina (FLP). Apesar

de não ser esta uma deficiência, a FLP muitas vezes está associada a dificuldades de aprendizagem, de oralização e em relação à autoestima.

A pesquisa evidenciou que, para além dos estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades e superdotação que compõe o público-alvo da educação especial, a escola precisa estar atenta a outras situações e especificidades para que, de fato, inclua a todos.

[...] incluir como sendo uma necessidade educacional especial “os atrasos na aprendizagem de diferentes matérias, a lentidão na compreensão da leitura, os problemas de linguagem, os distúrbios emocionais e de conduta, a evasão escolar, o isolamento social, etc” (p. 12). Com base nesse conceito, considera-se que essas características, de alguma maneira, poderão apresentar-se nas crianças com FLP, em função de suas dificuldades ou problemas (em muitos casos), de audição, da linguagem, da fala/voz e de comportamento, conforme discutidos anteriormente (SILVA, 2018, p. 49).

Por mais que a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) identifique o público-alvo da educação especial, ainda assim, em muitos momentos, ainda é necessário que sejam indicados casos mais específicos nas escolas em que sejam asseguradas o direito de aprender e da igualdade de oportunidades.

Para Ziesmann, Batista e Lepke (2021) é nas escolas e a partir das relações interpessoais que o processo de aprendizagem acontece de maneira efetiva.

Para as autoras, “é durante os processos de ensino e de aprendizagem que a intervenção do professor infere de forma positiva, ou não, no processo de apropriação dos conhecimentos, levando os seus alunos ao sucesso ou fracasso escolar” (ZIESMANN; BATISTA; LEPKE, 2021, p. 239). Nessa linha de pensamento, as autoras enfatizam que é necessário que se estabeleça o respeito mútuo ou a chamada cumplicidade entre os pares para que se possa garantir a harmonia das relações interpessoais no espaço escolar.

Deste modo, se a escola é um direito de todas as crianças e adolescentes em idade escolar, reafirmamos a preocupação com todos aqueles que, em virtude de uma doença, acabam sendo afastados da escola, assim como precisa ser mediada a manutenção do vínculo com a turma. Enquanto as crianças com deficiência ou transtornos exigem uma abordagem mais cuidadosa, requer-se do professor a sensibilidade para auxiliar na aprendizagem, ao mesmo tempo em que também é necessário mediar as interações sociais que ocorrem nesta fase da escolarização.

Neste sentido, cabe aqui destacar que os processos inclusivos devem ser ampliados, olhando para aqueles que, por alguns motivos, ficam à margem do aprendizado, da inclusão e

do acolhimento. Podemos concluir, conforme Ziesmann, Batista e Lepke (2021, p. 240), que, “quando a criança estiver imersa em uma cultura e interagindo nas relações sociais, ela aprende e, por aprender, se desenvolve”, vindo a garantir uma aprendizagem significativa, de acordo com o seu ritmo ou das especificidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo proposto para esta pesquisa era de analisamos as dificuldades enfrentadas pelas crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento ou com doenças na transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. Um objetivo complexo, pois muitas são as situações de inclusão e exclusão observadas e manifestadas no contexto da escola.

No decorrer da realização da pesquisa, enfrentamos dificuldades ao utilizarmos os descritores “Inclusão, Educação Infantil e Anos Iniciais;”, pois não encontramos pesquisas que tenham este recorte em específico. Tivemos que analisar os materiais coletados e retomar as discussões dos autores para construir a análise.

Apesar das dificuldades de encontrar dados, podemos destacar que os processos inclusivos resultam de um processo histórico de exclusão de diferentes grupos sociais. A inclusão educacional, hoje construída e baseada em documentos normativos, atende à demanda histórica, porém, ainda se encontra em vias de efetivação.

Neste contexto de mudanças, alterações também ocorreram na educação brasileira quanto à obrigatoriedade da educação, ou seja, a educação infantil passou a ser obrigatória a partir dos quatro anos, trazendo para dentro da instituição um número significativo de crianças com deficiência, TEA e ou doenças que exigem afastamentos contínuos do contexto escolar.

Se por um lado, a Educação Infantil consegue dialogar com as diferenças, as mesmas ficam evidenciadas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e, com isso, grande parte dos professores mostra-se despreparada em olhar para as diferentes situações e necessidades das crianças.

Os aportes legais, ou seja, a mesma legislação que garante o acesso à educação, não garante que a escola, através dos seus professores, olhe para as diferentes situações com empatia e respeito, pleiteando, assim, a sua efetiva permanência naquele ambiente. Neste sentido, para que avancemos na construção de uma sociedade mais igualitária, acreditamos que se faz necessário e urgente ampliar o debate quanto aos processos inclusivos e ao direito de estar e aprender com os pares.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Projeto Escola Viva: garantindo acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos**. 5 v. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

BRASIL. **Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais**. Orientações gerais e marcos legais. Brasília: 2004. 353 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-saude-da-escola/192-secretarias-112877938/seesp-educacao-especial-2091755988/12650-direito-a-educacao-subsidios-para-a-gestao-dos-sistemas-educacionais>. Acesso em: 8 set. 2022.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB n. 20/2009, de 11 de novembro de 2009**. Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, Brasília, DF: CNE/CEB, 2009. Disponível em: http://www.desenvolvimentocurricular.ueg.br/conteudo/6108_diretrizes_curriculares___educacao_basica. Acesso em: 8 set. 2022.

BRASIL. **Base nacional comum curricular**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 12 set. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 abr. 2013, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm. Acesso em: 8 set. 2022.

CARNEIRO, Moacir Alves. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns: possibilidades e limitações**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

DUTRA, Adriana Bastos de Oliveira. **A inclusão de crianças especiais na educação infantil**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba (UFPB), 2014.

JANNUZZI, G.S.M. **A Educação do Deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. São Paulo: Autores Associados, 2012.

LIMA, Roceli Pereira. **Promoção do Interesse em Criança com Autismo a partir de uma Plataforma Educacional Assistiva com Fantoche Eletrônico**. 2018. 191 f. Tese (Doutorado em Informática na Educação) — Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação, Centro de Estudos Interdisciplinares em Novas Tecnologias na Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

NASCIMENTO, Selma Soares do. **Educação Especial e Inclusão Escolar na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental**. 2019. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2019.

PESSOTI, I. **Deficiência mental: da superstição à ciência**. 4. ed. São Paulo: T. A. Queiroz Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

RINALDO, Simone Catarina de Oliveira. **Processo educacional de crianças com Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil: interconexões entre contextos**. 2016. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) — Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2016.

SANTANA, Adriana Silva Andrade. **Educação Inclusiva No Brasil: Trajetória e Impasses na Legislação**. Disponível em: <https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc-_8.pdf> Acesso em: 16 jul. 2022.

SILVA, Milene Bartolomei. **Trilhas Pedagógicas Articulam Saúde e Educação no Desenvolvimento Cognitivo Infantil: Criança com Câncer**. 2015. 188 f. Tese (Doutorado em Saúde) — Programa de Pós-Graduação em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande – MS, 2015.

SILVA, Glorismar Gomes. **Escolarização de crianças com fissura lábio platina**. 2018. 204 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) — Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos – SP, 2018.

ZIESMANN, C. I.; BATISTA, J. de F.; LEPKE, S. As relações interpessoais na sala de aula: a mediação pedagógica no processo de ensino e de aprendizagem da criança com deficiência. **Interfaces da Educação**, [S. l.], v. 12, n. 35, p. 232–252, 2021. DOI: 10.26514/inter.v12i35.4712. Disponível em: <<https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/4712>>. Acesso em: 14 set. 2022.